

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Abertura nas refinarias](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Calma, gente!	2
Título: Abertura nas refinarias	2
Título: A face do desmatamento.....	6
Título: Indústria investe para driblar a crise hídrica.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: RenovaBio, uma má ideia	12
Título: Venda da Eletrobras está na mira dos caciques políticos.....	13
Título: Parlamentares negam influência na companhia	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Vale e Petrobrás dominam investimentos.....	16
Título: Projetos de novos portos atraem capital para o Espírito Santo	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Fim do Repetro pode afastar investidores.....	19
Título: 2018: ano crucial para o clima	20
Título: Os desafios brasileiros	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Calma, gente!**

A Petrobras criou uma campanha, divulgada em seus computadores, com um círculo e os dizeres “tudo que fazemos aqui dentro ajuda a mover a vida lá fora”. Só que o Sindipetro-RJ descobriu que a imagem é do Columbus Circle, a praça de NY. Para os sindicalistas, que acusam a estatal de fazer o jogo das multis, é um prato feito; já para a empresa, é apenas a turma “procurando chifre em cabeça de cavalo”.

Por falar em Petrobras...

O que se diz no setor é que a Petrobras pode abocanhar até uns US\$ 7 bilhões com a alienação de 90% de sua participação na Transportadora Associada de Gás (TAG), como parte do desinvestimento em alguns ativos. A empresa possui gasodutos em diversos estados do Brasil, com cerca de 6,5 mil km de extensão.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Ramona Ordonez****Título: Abertura nas refinarias**

Petrobras, que controla 99% do refino, estuda vender fatia em 6 unidades, incluindo Reduc

Depois de iniciar a venda de gasodutos e decidir abrir o capital da BR Distribuidora em busca de novos sócios, a Petrobras mira agora o setor de refino, no qual detém 99% da produção de combustíveis como gasolina e diesel. De acordo com fontes que participam das negociações, um dos cenários discutidos internamente na estatal é a venda de participações acionárias em pelos menos seis das 14 refinarias em operação no Brasil. A atividade de refino no Brasil se confunde com a própria história da estatal: foi em 1953, ano de sua criação, que ela incorporou a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), em Mataripe, na Bahia. A unidade é uma das que podem ganhar um sócio.

No Nordeste, além da Rlam, entraria na lista a Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. No Sul, entrariam as refinarias Alberto Pasqualini (Refap), no Rio

Grande do Sul, e Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. No Sudeste, seriam a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, e a Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais. Juntas, essas unidades têm capacidade para processar por dia cerca de 1,235 milhão de barris de petróleo, cerca de metade da capacidade total, que soma 2,176 milhões de barris diários.

Segundo uma fonte, a Petrobras também pode agregar algum tipo de infraestrutura, como dutos, bases e terminais, às refinarias no processo de venda de participação acionária. Não há ainda uma percentagem definida de quanto pode ser vendido em cada refinaria, mas, de acordo com fontes, tende a ser uma fatia minoritária. Segundo uma das modelagens em estudo na Petrobras, as refinarias de São Paulo não entrariam no processo, que está sob responsabilidade da diretoria de Refino e Gás Natural da estatal, liderada por Jorge Celestino.

Uma fonte ressaltou que, no Rio, a alternativa em análise pode envolver uma possível venda de participação acionária na Reduc, uma das maiores do país e responsável por produzir gasolina e diesel para o Rio de Janeiro, em conjunto com o projeto de construção de uma refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí. — No caso do Rio de Janeiro, o processo é mais amplo e envolve uma espécie de revamp (renovação) do refino no estado. A conversa envolve as negociações de uma operação casada da Reduc com a construção da refinaria no Comperj, em Itaboraí. A Petrobras está em conversas com os chineses da CNPC, que vêm mostrando interesse em participar do processo de renovação do refino no Rio — disse uma fonte do setor, destacando que nada está definido ainda.

MODELO PODE PREVER TROCA DE ATIVOS

De acordo com outra fonte ligada à estatal, não há uma decisão sobre o assunto até o momento e não há prazo para que o modelo seja concluído. — É um tema complexo. A Petrobras é dona de 99% do refino no Brasil. É preciso avaliar a estrutura societária, pois a estatal é dona das refinarias, do ativo físico. Além disso, há o tema das importações, que é relativamente novo. Ou seja, não há uma decisão. E pode nem acontecer nada — destacou uma fonte na Petrobras.

Em nota, a estatal disse que "o modelo de parcerias em refino ainda não está definido pela Petrobras e qualquer especulação em torno de eventuais modelos não encontra qualquer respaldo na realidade" A pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernanda Delgado ressaltou que, apesar de a Petrobras já ter anunciado planos para buscar sócios no refino, a indefinição sobre como será feito esse processo pode afugentar os investidores.

— Sem as diretrizes, não se consegue atrair investidores. Há muitos entraves para abrir o setor de refino no país, como o acesso aos dutos e aos terminais, que são operados pela Petrobras. A estrutura portuária necessita de mais investimentos. Além disso, tem a questão do mercado de distribuição no país. Como vai ficar isso? Essas questões são essenciais para atrair investimentos. O governo lançou o programa Combustível Brasil para incentivar os investimentos no setor de refino e distribuição — explicou Fernanda.

Antes de ser divulgado para o mercado, o assunto ainda terá de passar pelo crivo da diretoria executiva da estatal, além de necessitar do aval do Conselho de Administração. As datas das reuniões, no entanto, não estão marcadas. A expectativa era que o pacote de venda fosse apreciado até dezembro, mas há quem acredite que as parcerias no refino só entrarão em pauta em 2018. — Não tem data porque há muitos planos e muitos formatos sendo discutidos ainda sobre o tema — destacou outra fonte.

A busca de parcerias no refino vem sendo perseguida pela Petrobras desde que Pedro Parente assumiu o comando da estatal, em meados de 2016. O objetivo é ter sócios, como já ocorre na área de exploração e produção, com dezenas de companhias. A venda de fatias das refinarias faz parte do programa de venda de ativos da estatal, que prevê arrecadar US\$ 21 bilhões entre este ano e 2018. Desde 2015, já foram obtidos US\$ 13,6 bilhões com a venda de ativos.

— Em outro modelo, a venda de participações nas refinarias pode envolver ainda a troca de ativos, como fatias em campos de petróleo. Uma petroleira sócia da estatal no pré-sal está conversando para ter uma participação na Refinaria Abreu e Lima. Esse tipo de arranjo vai ocorrer — disse o representante de uma petroleira estrangeira, destacando que a Petrobras tem selado parcerias estratégicas com empresas como Statoil, Total, BP e CNPC.

Mas, de acordo com especialistas, a venda de participações na área de refino traz muitos desafios. O principal, dizem, é a rentabilidade do setor, considerada baixa. Há ainda o temor de uma ingerência política na definição dos preços do negócio. Historicamente, a Petrobras foi usada politicamente para o controle da inflação no país. Com isso, a estatal era proibida de repassar aos consumidores brasileiros os valores pagos pela compra da gasolina e diesel no exterior, acumulando, assim, prejuízos bilionários. Por conta desse controle, não deu certo a associação entre a espanhola Repsol com a Petrobras na refinaria Alberto Pasqualini. A união entre as duas durou uma década e foi encerrada em 2010.

INVESTIDORES PARA AMPLIAR REFINO

De forma a mudar esse cenário e atrair investidores, a Petrobras, que tem o monopólio de fato no refino, mudou, em outubro do ano passado, sua política de preços para os combustíveis. A estatal começou a repassar para as refinarias quase que diariamente as variações dos preços internacionais dos derivados e do câmbio. — Ter a previsibilidade do preço é o ponto de partida para os investidores. Só com essa definição da política de preços é que ele vai conseguir saber qual é a sua margem e fazer a avaliação. O percentual vendido pela Petrobras vai variar de acordo com a refinaria e as conversas com os investidores — afirmou um especialista do setor.

A operação de abertura de capital da BR Distribuidora vai ajudar a Petrobras no seu projeto de venda de participações acionárias na área de refino. Isso porque, de acordo com executivo próximo às negociações, ao passar a ter sócios privados, a BR não poderá mais ser usada pelo governo federal como instrumento de controle da inflação, como já ocorreu no passado. Isso, consequentemente, impedirá que a Petrobras adote preços incompatíveis com o mercado na venda de combustíveis em suas refinarias. — A abertura do capital da BR vai promover mudanças importantes no setor de distribuição de combustíveis, que voltará a ser atraente para os investidores estrangeiros — disse um executivo.

Para Felipe Perez, diretor de Consultoria da IHS Markit, o plano de abertura do refino complementa as mudanças que vêm ocorrendo em todo o setor de óleo e gás no Brasil, com os leilões de blocos para exploração e produção de petróleo, e a reestruturação do setor para o gás natural. Segundo Perez, o primeiro passo para atrair investidores no refino brasileiro foi a adoção de uma política de paridade internacional para os preços da gasolina e do diesel. — A garantia de prática de preços com paridade internacional foi o primeiro passo, e muito importante, pois demonstra um mercado verdadeiramente aberto e competitivo. Será fundamental que o Brasil apresente uma estabilidade política, econômica, fiscal e legal de longo prazo. É muito importante que as regras do jogo fiquem claras e imparciais — afirmou Perez.

Ele ressalta que a rentabilidade do refino tem de ser levada em conta em toda a cadeia integrada da estatal. Para o executivo da IHS, o setor de refino brasileiro é atraente para investidores internacionais, pois garante acesso a um importante mercado consumidor. — A maioria das refinarias no Brasil tem complexidade média com tecnologia para produzir combustíveis de qualidade. O pico da demanda por combustíveis é agora, em todo o mundo. Portanto, as empresas têm que monetizar o petróleo hoje, pois, daqui a dez ou 20 anos, vai ser mais difícil devido às novas tecnologias e às novas fontes de energia — disse Perez.

Segundo analistas, o parque do refino brasileiro existente não é suficiente para atender à demanda interna, que deve crescer entre 1,5% e 2% ao ano. Por isso, ressaltam, é preciso que o país atraia novos investimentos e que a Petrobras consiga colocar de pé a refinaria do Comperj. Na última sexta-feira, **o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix**, anunciou o interesse de uma empresa chinesa em construir uma refinaria no Maranhão, no mesmo local onde a Petrobras pretendia fazer a Premium I — cancelada por causa da crise provocada pela Operação Lava-Jato.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: A face do desmatamento

Levantamento inédito do Ministério Público Federal revela os maiores devastadores

-BRASÍLIA- O desmatamento ilegal na Amazônia começa a ganhar rostos em processos na Justiça brasileira. Um levantamento inédito obtido pelo GLOBO revela quem são os maiores desmatadores do bioma processados em varas federais — os dez réus do topo da lista são acusados de devastar áreas equivalentes a quatro vezes o tamanho do Parque Nacional da Tijuca, no Rio.

Somente os dois maiores, a Manasa Madeireira Nacional S.A. e José Carlos Nunes Meloni, desmataram 7,8 mil hectares de Floresta Amazônica, conforme detecções de desmatamento por imagens de satélite num único ano. A área devastada ilegalmente, apenas nos dois casos, equipara-se a dois Parques da Tijuca.

As ações civis públicas foram movidas porque, pela primeira vez, o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) decidiram agir em conjunto, com base em áreas desmatadas com mais de 60 hectares. Todas foram protocoladas na Justiça nos últimos 15 dias.

Para isso, os órgãos cruzaram as imagens de satélite geradas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o sistema de gestão fundiária do Incra e autos de infração e embargos do Ibama.

O Prodes gera as principais imagens de referência sobre a devastação da Amazônia. O resultado permitiu identificar (ou apontar evidências de autoria) 1.155 responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, num levantamento que

chegou a 1.262 áreas desmatadas. Cada área levará a uma ação civil pública. Até agora, o MPF já moveu 757 ações, num intervalo de 15 dias, individualizando desmatadores suspeitos. Os dados obtidos pelo GLOBO vêm deste universo.

PRIMEIRA DA LISTA FOI ACIONADA 35 VEZES

A Manasa Madeireira Nacional S.A. passou a ser ré por desmatar 35 áreas no Amazonas com tamanhos que variam de 61 a 2 mil hectares cada, num total de 6,5 mil hectares. A empresa responde, agora, a 35 ações civis públicas. O que ela sozinha desmatou na Amazônia, tendo como referência a devastação detectada por imagens de satélite num único ano e as ações do MPF, equivale a 1,5 Parque da Tijuca ou a dois terços da Zona Sul do Rio, por exemplo.

As ações cobram da Manasa uma indenização total de R\$ 105 milhões. Para se chegar a esse valor, o MPF levou em conta uma nota técnica do Ibama de março de 2016, que avaliou custos de implantação e manutenção de projetos de recuperação de áreas degradadas.

Assim, a recuperação de um hectare custa R\$ 10.742, conforme o cálculo do Ibama. A indenização inclui ainda o pagamento de 50% desse valor, referente ao dano moral causado. Este foi o cálculo levado em conta nas 757 ações já protocoladas na Justiça, que cobram ao todo R\$ 1,5 bilhão de 725 réus. O total da indenização a ser pedida nas 1.262 ações chega a R\$ 2,8 bilhões.

Os registros da Receita Federal mostram que a Manasa Madeireira Nacional S.A. é uma empresa com capital social de R\$ 51,3 milhões, que atua com “atividades de apoio à produção florestal” e que segue na ativa. A reportagem procurou a empresa e, segundo funcionárias, o presidente, Paulo de Carvalho Lacombe, não vai se pronunciar por não estar a par das ações do MPF.

O segundo na lista dos maiores desmatadores acionados na Justiça é uma pessoa física, José Carlos Nunes Meloni, com uma devastação registrada de 1,3 mil hectares, também no Amazonas. Isto equivale a um terço do tamanho do Parque da Tijuca. Trata-se de uma única área desmatada, e o pedido de indenização do MPF soma R\$ 21,7 milhões. O GLOBO não conseguiu localizar Meloni para comentar a acusação.

Na lista dos dez maiores estão mais sete pessoas físicas, com desmatamentos registrados no Amazonas, no Pará e em Rondônia. A reportagem tentou, mas não localizou nenhuma delas. A Tauá Biodiesel, uma empresa sediada em Nova Mutum (MT), foi acionada quatro vezes na Justiça Federal em Mato Grosso.

O desmatamento total no estado atribuído à empresa soma mil hectares, e o MPF quer uma indenização de R\$ 16,9 milhões. Ao todo, a indenização cobrada dos dez maiores desmatadores soma R\$ 244,7 milhões. O site da Tauá Biodiesel

informa que “a Fazenda Tauá é formada por uma área de 120 mil hectares, planta atualmente nas safras 75 mil hectares de soja e 35 mil hectares de milho”.

Funcionários da empresa prometeram um retorno aos questionamentos da reportagem, o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

As ações propostas na Justiça ressaltam as dificuldades na identificação dos responsáveis pelo desmatamento na Amazônia. “Na região amazônica, é muito comum a não localização dos responsáveis por desmatamentos ambientais, pois a atividade produtiva costuma acontecer cerca de três a quatro anos após o desmatamento justamente para se evitar a responsabilização daqueles que cometeram os atos ilícitos”, cita uma das ações.

As ações integram o programa Amazônia Protege, lançado na semana passada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge. A estimativa das equipes envolvidas com o programa, que tem Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como parceiros, é que apenas 0,5% das multas aplicadas por desmatamentos na Amazônia seja pago pelos infratores, em razão da grande quantidade de “laranjas” usados pelos reais desmatadores.

Em 2016, conforme os dados do Prodes, o desmatamento na Amazônia ficou em 7,8 mil quilômetros quadrados. O Amazônia Protege trabalhou com áreas desmatadas que somam 1,7 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 22,3% do total no período. — Agregar a área na ação civil pública é uma novidade. De uma vez só, estão sendo propostas ações contra todos os desmatadores de áreas individuais com mais de 60 hectares.

Este recorte foi usado levando em conta a capacidade de se mover as ações e de a Justiça julgá-las, bem como o impacto, em si, para a Amazônia — afirma o procurador da República Daniel Azeredo, que atua na Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF e que coordena nacionalmente o Amazônia Protege.

DESMATAMENTO EM HIDRELÉTRICAS

O MPF e o Ibama também acionaram na Justiça duas empresas responsáveis por grandes projetos de usinas hidrelétricas na região, financiadas com recursos públicos. A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) passou a ser ré num processo em Rondônia pelo desmatamento de 673,4 hectares. A indenização cobrada é de R\$ 10,8 milhões. A empresa foi a 11ª processada que mais desmatou, segundo o levantamento.

A outra empresa é a Copel (Companhia Paranaense de Energia) Geração e Transmissão S.A., com uma área desmatada de 538,8 hectares em Mato Grosso

— 17ª no ranking. A indenização pedida é de R\$ 8,6 milhões. A ESBR é a empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, em Porto Velho, e pela exploração da energia gerada na usina.

Os acionistas são GDF Suez (hoje Engie), Eletrobras e uma subsidiária da Mitsui. A ação pelo desmatamento ilegal foi protocolada na Justiça em Porto Velho. A empresa afirma desconhecer a acusação. A ESBR diz que os desmatamentos seguiram as condicionantes estabelecidas pelo Ibama.

“Além do controle realizado por empresa contratada, o gerenciamento e a fiscalização das atividades de supressão eram acompanhadas, mensalmente, por fotos aéreas, obtidas a partir de sobrevoos com avião tripulado ou não tripulado, garantindo que as mesmas fossem realizadas de acordo com a legislação.”

No caso da Copel Geração e Transmissão, são cinco ações civis públicas que apontam um desmatamento total de 538,8 hectares. A Copel constrói a usina hidrelétrica Colíder no norte de Mato Grosso, e é um dos cinco empreendimentos previstos para o Rio Teles Pires, dentro do PAC.

“A Copel esclarece que não efetuou qualquer desmatamento ilegal e que a supressão vegetal realizada foi devidamente autorizada, monitorada e atestada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso — Sema/MT”, diz a empresa, por meio da assessoria de imprensa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira, Marina Brandão e Ana Paula Machado

Título: Indústria investe para driblar a crise hídrica

Com nível de reservatórios baixo, setor produtivo fluminense aposta em reúso e otimização da água

-Rio e São Paulo- O baixo nível dos reservatórios e a possibilidade de estiagem prolongada acenderam o alerta para uma nova crise hídrica em algumas regiões do Brasil. Mas, caso isso aconteça, desta vez a indústria não será pega de calças curtas. Depois da guerra da água entre 2014 e 2015, com Rio e São Paulo em lados opostos na gestão da Bacia do Paraíba do Sul, empresas dos dois estados buscaram soluções para reduzir o consumo de água e depender menos das concessionárias.

Não é possível prever com clareza como será o regime de chuvas neste verão. Jorge Peron, gerente de sustentabilidade da Firjan, frisa que, desde setembro, o

nível dos quatro reservatórios da Bacia do Paraíba do Sul está descolado da média histórica dos últimos 20 anos. No mês passado, estava em 36%, para uma média de 47%. Na última quinta-feira, havia recuado a 34%. O nível do reservatório do Funil, em Itatiaia, único dos quatro que fica em território fluminense, estava em 29%. No mesmo dia de 2016, estava em 53%.

A situação, porém, está muito longe da registrada em 2014 e 2015, quando o nível dos quatro reservatórios ficou abaixo de 10%, o mínimo para garantir a segurança hídrica. — É prematuro fazer alarde. A tendência é que haja mais chuva a partir deste mês. Mas, nos últimos três anos, a lógica dos períodos seco e úmido não foi respeitada — afirma Peron. — A indústria precisa estar atenta a isso, pois a disponibilidade de água é um elemento relevante na decisão de investimento.

A Ternium (ex-CSA) é uma das empresas que aprendeu a lição da crise hídrica. Em 2014, a siderúrgica enfrentou problemas após a redução na vazão do Rio Jaguari, determinada unilateralmente pelo governo paulista. Este rio alimenta o Paraíba do Sul, que, por sua vez, tem suas águas transpostas para o Rio Guandu. Este deságua no mar pelo canal de São Francisco, em Itaguaí, onde a Ternium capta água. Com a redução da vazão do Jaguari, o mar invadiu o canal, elevando a salinidade da água e dificultando seu uso pela companhia.

Para evitar que isso se repita, a Ternium otimizou procedimentos operacionais, reduzindo seu consumo de água em 20%. Paralelamente, a siderúrgica e outras empresas do distrito industrial de Santa Cruz estão construindo uma nova adutora, que permitirá captar água em um novo ponto, 16 quilômetros acima do atual. O início da operação está previsto para abril de 2018. A CSN, cuja usina fica em Volta Redonda, no Sul Fluminense, também adotou projetos de reúso de água, que reduziram sua captação em cerca de 96 mil m³ por dia, volume suficiente para abastecer 480 mil pessoas.

A preocupação com o acesso à água levou a Firjan a organizar um seminário sobre o tema, que vai acontecer na próxima quarta-feira. Virão representantes de Israel e de São Francisco, na Califórnia. Também terá destaque a experiência da Sal Cisne, em Cabo Frio.

IRRIGAÇÃO INTELIGENTE

A Cisne viu na matéria-prima de seu produto, a água do mar, uma oportunidade para suprir sua demanda hídrica. A fábrica capta água na Lagoa de Araruama, que evapora naturalmente nas salinas. A salmoura resultante desse processo é, então, levada a uma máquina, na qual é aquecida. A água residual contida na salmoura evapora, condensa e, depois de ser tratada, está apta até para ser consumida pelos 400 funcionários que trabalham na empresa.

Com o desenvolvimento dessa técnica, na qual foram investidos R\$ 4 milhões, a empresa se tornou autossuficiente em água há três anos, economizando R\$ 170 mil mensais. Segundo Luiz Caetano Alves, diretor corporativo da Cisne, são gerados aproximadamente 40m³ de condensado por hora, mas apenas metade é consumida no dia a dia da fábrica:— É com dó que jogamos fora metade da água. Tentamos contato com a concessionária local e com outras empresas, mas ninguém se interessou.

Os processos de reaproveitamento de água ou de tecnologias para otimização de seu uso têm avançado em diversos segmentos. Na Coca-Cola, por exemplo, um projeto com este fim começou a ser implementado em 2016, após a crise hídrica pela qual passa o Espírito Santo afetar a produção de frutas para a empresa. O estado, que já foi responsável por 95% do fornecimento de maracujás da Coca-Cola — para os sucos Del Valle —, hoje só responde por 5%.

Para evitar que o mesmo acontecesse com a produção de goiaba no estado, a empresa fez uma parceria com a start-up Agrosmart, que desenvolveu dispositivo capaz de captar dados de umidade das terras das plantações e cruzá-los com os índices pluviométricos da região. O resultado é enviado para um aplicativo de celular, a fim de avisar a agricultores se eles precisam ou não irrigar o solo. — Os produtores economizam cerca de 30% de água na irrigação e garantem um aumento de 10% em produtividade — diz Flavia Neves, gerente de Sustentabilidade da Coca-Cola. TRABALHO COM A COMUNIDADE

Em São Paulo, o esforço do segmento industrial para poupar água vem se intensificando. Edmir Mesz, supervisor de Qualidade Ambiental da Ford América do Sul, explica que a montadora americana planeja reduzir a zero o consumo mundial de água potável na produção dos carros até 2030. No Brasil, a empresa gasta 2,8m³ por carro fabricado, contra 5m³ há dez anos.

— Um dos processos em que se usa muita água é a pintura. Antes, deixávamos ligadas as mangueiras mesmo quando o carro não entrava na linha. Agora, só acionamos os dispositivos quando a lataria entra para pintura. Além disso, reutilizamos essa água nos sistemas de ar-condicionado — conta Mesz.

Samuel Barrêto, gerente da estratégia de Água da ONG The Nature Conservancy, diz que as empresas não devem levar em conta apenas o nível dos reservatórios. A ONG já fez uma parceria com a Kimberly-Clark, para identificar e recuperar áreas degradadas da Bacia do Tietê. — Não adianta ter padrões de excelência dentro das fábricas se o entorno está degradado. É um esforço conjunto com a comunidade — diz Barrêto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:** Samuel Pessoa**Título:** RenovaBio, uma má ideia

TRAMITA NO Congresso Nacional o projeto de lei (PL)9.086/2017, do deputado Evandro Gussi (PV-SP), também conhecido por programa RenovaBio. Trata-se de esforço parlamentar de estímulo à indústria de etanol. O PL cria o CBio, crédito de descarbonização, título financeiro emitido pelo produtor do biocombustível de acordo com o volume vendido aos distribuidores. O CBio será vendido na Bolsa de Valores, gerando renda ao produtor do biocombustível adicional à receita obtida na venda do seu produto.

A demanda pelo CBio será garantida, pois a regulação obrigará os distribuidores de biocombustíveis a comprar os títulos na proporção da quantidade de combustíveis fósseis que comercializaram no ano anterior.

Essa obrigatoriedade elevará o custo dos distribuidores, que repassarão essa alta para seus produtos, seja gasolina, seja etanol. O preço de ambos os combustíveis aumentará.

Adicionalmente, com o objetivo de reduzir seus gastos com CBios, a demanda do distribuidor por combustível fóssil se reduzirá. No frigor dos ovos, o preço dos combustíveis subirá e a participação de biocombustíveis na matriz brasileira elevar-se-á.

Esse resultado é exatamente o produzido pela Cide nos combustíveis fósseis. O preço da gasolina sobe, pois o distribuidor repassa ao consumidor a elevação do imposto. A maior parte da frota brasileira é de veículos flex. Devido à diferença de consumo entre os dois combustíveis, há uma relação estável entre o preço da gasolina e do etanol: o litro de etanol custa aproximadamente 70% do litro da gasolina.

Logo, o aumento da alíquota da Cide sobre a gasolina eleva também o preço do etanol e a rentabilidade do setor e, portanto, estimula o aumento da produção de biocombustível. A Cide é um substituto perfeito ao programa RenovaBio, com duas vantagens importantes.

A primeira é que, com o programa RenovaBio, o setor de etanol ganha duas vezes, com a renda dos títulos e com a elevação do preço do álcool. Por ser a Cide um imposto, o ganho de receita vai para o setor público, contribuindo para o ajuste fiscal. O ganho do setor produtor de etanol é indireto, fruto do

aumento do preço. Tanto a Cide quanto o CBio têm impacto inflacionário, mas a Cide mitiga o seu impacto ao ajudar a diminuir o déficit público.

Em segundo lugar, o programa RenovaBio tem elevado custo de execução: os produtores terão que contratar firmas certificadoras do impacto ambiental de seus produtos, será preciso criar plataforma de negociação dos CBios em Bolsa de Valores, a burocracia pública de fiscalização terá que ser ampliada, haverá custo judicial de contestação de multas pelas distribuidoras. A Cide depende apenas da edição de um decreto e funciona sem gerar custos adicionais.

Se o RenovaBio não tiver os efeitos esperados, haverá pressão política para mantê-lo. Há inúmeros exemplos desse tipo de efeito no Brasil, como a política de desoneração da folha, as políticas de conteúdo local e os incentivos fiscais setoriais. Todas essas políticas têm em comum com o RenovaBio o fato de promoverem transferência de renda para setores organizados, capazes de exercer pressão política a favor de seus interesses, mesmo que avaliação posterior indique que os efeitos econômicos e sociais das políticas não compensam seus custos.

Penso, portanto, que o Congresso Nacional deveria arquivar o projeto do RenovaBio e propor ao Executivo a elevação da alíquota da Cide para combustíveis fósseis.

SAMUEL PESSÔA, físico com doutorado em economia ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV. Escreve aos domingos nesta coluna.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAIS HIRATA - DE SÃO PAULO e NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Venda da Eletrobras está na mira dos caciques políticos

Conta será alta para privatização avançar no Congresso, dizem especialistas

Nomes importantes do PMDB como Sarney, Jucá e Jader são vistos como influências fortes dentro da estatal

A privatização da Eletrobras dificilmente passará no Congresso até 2018. Caso passe, será porque o governo aceitou pagar uma conta alta para as bancadas estaduais e caciques políticos que ainda controlam as indicações da estatal. A

avaliação é de analistas, empresários e representantes de entidades do setor elétrico, que veem um cenário adverso para a privatização da empresa com a proximidade das eleições e resistência forte dentro da Câmara e do Senado, tanto na oposição quanto na base.

"A negociação vai passar por uma reorganização do poder. Principalmente as filiadas da estatal continuam sendo importantes cabides políticos", diz o diretor de estratégia da consultoria política Arko Advice, Thiago Aragão. A moeda de troca poderá vir em forma de cargos em estatais de outros setores e projetos menores de infraestrutura, inclusive as do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), segundo analistas.

Ainda assim, parte dos representantes do setor duvida que a privatização da companhia saia antes da disputa eleitoral do ano que vem. No Congresso, foram criadas duas frentes parlamentares contra a privatização. A primeira, direcionada à Chesf, é liderada pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE) e reúne parlamentares do Nordeste; a segunda tem foco em Furnas e é comandada por Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Juntas, as duas frentes somam 353 deputados e dois senadores — alguns deles participam de ambas. Para ter uma ideia do poder de fogo desse grupo, a reforma da Previdência precisa ter o aval de pelo menos 308 deputados para passar na Câmara. A resistência é suprapartidária. A maior parte dos integrantes vem de partidos da base do governo na Câmara: 41 são do PMDB; 14, do DEM; 19, do PSDB; 27, do PP; 23, do PSD; 26, do PR; e 16, do PRB. A esse grupo se unem filiados de partidos da oposição: o PT tem 48 integrantes, e o PSB, 26.

"Não acredito que [a privatização] prospere. E se prosperar, ainda tem a alternativa de recurso no Judiciário", afirmou Cabral, deputado que lidera a frente da Chesf.

"A empresa precisa de a justes, não estamos defendendo a má governança, mas estamos entregando a caixa-d'água do Nordeste a uma empresa privada."

Nove governadores do Nordeste enviaram carta ao presidente Michel Temer questionando a proposta, segundo Cabral, que reforça a "forte presença da base governista" na frente parlamentar.

"Então é claro que esse plano não pode ir adiante. O governo já recuou, propondo um projeto de lei em vez de uma medida provisória." Segundo Quintão, a bancada mineira vai "lutar até o fim" para evitar a privatização de Furnas. "Não se pode entregar esse patrimônio por um preço irrisório."

Ele, no entanto, admite negociação: "Somos favoráveis ao debate sobre o modelo de gestão. [A União] pode manter o controle da Eletrobras e atrair

sócios minoritários. Isso não seria uma barreira". A forte participação de peemedebistas na resistência tem raízes históricas, já que grandes nomes do partido — como José Sarney, Jader Barbalho e Romero Jucá — são apontados como os maiores influenciadores da Eletrobras e suas subsidiárias.

Segundo analistas do setor, embora influência política siga forte, a interferência na empresa diminuiu no último ano, principalmente pela atuação do atual presidente, Wilson Ferreira Jr. O executivo, que criou polêmica em junho ao dizer que a Eletrobras tem empregados "inúteis", acabou com cargos de comissão (usados para acomodar apadrinhados políticos) e está transferindo algumas SPEs (sociedades formadas para executar empreendimentos específicos) para a controladora, o que reduz o poder das subsidiárias.

A venda das distribuidoras será outro passo, eliminando uma série de cargos passíveis de indicação política.

SEM CONSENSO

O modelo de privatização apresentado pelo governo não é consenso nem sequer entre os próprios empresários do setor. Presidente da estatal nos anos 1990 e membro do primeiro conselho de administração nomeado por Temer, José Luiz Alquêres diz que o debate deveria considerar os resultados do processo, e "não a pressa de arrecadar uns trocados para o Tesouro".

Ele defende a privatização das geradoras regionais Furnas e Eletrosul, deixando a Chesf para ser analisada em outro momento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Parlamentares negam influência na companhia

OUTRO LADO

DE SAO PAULO e DO RIO- O ex-presidente José Sarney afirmou, via assessoria de imprensa, que não se manifestaria sobre o tema. O senador Edison Lobão (PMDB) negou que tenha feito qualquer indicação na Eletrobras e afirma que é a favor da venda das distribuidoras, mas contra a privatização das empresas geradoras por uma questão de segurança energética do país.

"Não há nenhum nome da Eletrobras, em Furnas, na Chesf ou em lugar nenhum do setor elétrico que eu tenha indicado", disse o ex-ministro de Minas e Energia

nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Por meio de sua assessoria, o senador Jader Barbalho afirmou que sua influência na Eletrobras é zero.

"O PSDB é que exerce influência na indicação dos cargos. Não tenho nenhuma indicação na estatal. Quanto à privatização, quando chegar ao Senado e for tornada pública, vou saber se vai ser bom para a economia do país. Se for bom, sou a favor. Se for ruim, sou contra", afirmou o senador.

Procurados com uma semana de antecedência à publicação da reportagem, os senadores Romero Jucá (RR) e Dario Berger (SC), ambos do PMDB, não responderam até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Vale e Petrobrás dominam investimentos

Com a recessão que assolou o País, as duas gigantes vão responder por quase 70% do total que será investido no Brasil entre 2018 e 2021

Mais de dois terços dos investimentos previstos para o Brasil entre 2018 e 2021 sairão do caixa de Vale e Petrobrás. Com a recessão que assolou o País nos últimos três anos e derrubou a taxa de investimentos, as duas gigantes nacionais ganharam mais peso na economia interna. Dos R\$ 367 bilhões programados para os próximos quatro anos, quase R\$ 200 bilhões são do plano de negócios da estatal de petróleo e R\$ 44 bilhões, da Vale.

Diante da forte concentração, quatro Estados ficarão com 76% dos investimentos previstos para o período: Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e Espírito Santo – locais que abrigam grandes projetos de Vale e Petrobrás.

No Rio, por exemplo, 83% dos investimentos previstos são da petroleira, e, no Pará, 88% da mineradora, segundo levantamento feito pela consultoria AFRanco Partners (AFPartners), que mapeou os megaempreendimentos a serem erguidos no País nos próximos quatro anos.

Foram considerados no trabalho apenas projetos em estágio mais avançado, como aqueles que já têm licenças ambientais ou que já estão em construção. O economista Augusto Franco, autor do estudo, destaca que, por estar saindo de uma forte recessão, o volume de investimento deve ser visto como positivo.

Com a retomada, diz ele, o quadro deverá melhorar e novos empreendimentos serão incorporados a essa lista, que hoje soma 266 megaprojetos. Mesmo assim, a expectativa é de que a concentração dos investimentos continue por mais algum tempo. “Os leilões (de petróleo) devem trazer novas empresas, mas a Petrobrás continuará sendo a maior investidora do Brasil”, afirma o economista Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B.

Segundo ele, o grande volume de investimentos nas mãos da empresa não é um problema, desde que a estatal não seja capturada por interesses políticos, como ocorreu no passado. Com a Operação Lava Jato e o envolvimento num esquema de corrupção, a companhia sofreu um forte revés que derrubou os investimentos e paralisou várias obras. Isso devastou a economia de Estados e municípios – um reflexo da dependência pelos projetos da estatal, que não quis se pronunciar para a reportagem.

Mesmo com o enxugamento no plano de negócios após o escândalo, os investimentos da companhia serão muito importantes para ajudar a economia a retomar o rumo do crescimento, afirma o superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Aloisio Campelo Jr.

Dinâmica interna.

Além da dependência do País pelas cifras de Vale e Petrobrás, o mapeamento feito pela AFPartners expõe a paralisia de investimentos em vários setores, como o de infraestrutura, que são mais espalhados pelo País. Além da crise fiscal, que reduziu o volume de recursos dos governos federal e estadual, a iniciativa privada se retraiu com as incertezas políticas e com a economia mais fraca.

O que sobrou são projetos com pouca relação com a dinâmica interna, como os projetos da Vale, que dependem da demanda internacional, afirma o economista da Tendências Consultoria Integrada, Felipe Beraldi. Na opinião dele, essa é uma das explicações para a atual desigualdade de investimentos entre os Estados. De qualquer forma, diante do cenário de retomada econômica, o importante é ter investimento, independentemente da localização.

“Além disso, pela magnitude dos projetos, há um efeito indireto positivo dentro da região onde o empreendimento está localizado.” Mas, enquanto alguns Estados se beneficiam dos planos de negócios de Vale e Petrobrás, outros estão à míngua. O levantamento da AFPartners mostra que, juntos, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Paraíba, além do Distrito Federal, somam apenas 1% do volume total de investimentos.

“Não vejo problema de um país focar em determinados projetos ou setores; poucas nações no mundo têm capacidade de produzir tudo em todas as cadeias”, afirma o economista da MB Associados, Sérgio Vale. O que não pode, pondera ele, é não resolver os demais problemas, como o de Estados que não têm riquezas minerais para explorar e não conseguem atrair grandes empreendimentos.

Nesses casos, é preciso focar na inovação e abrir a economia para que regiões como o Nordeste possam ter condições de competir. De acordo com o mapeamento da AFParters, a região deverá receber 9% do volume total previsto. Esse número seria ainda menor, não fosse pela onda de investimentos em energia elétrica, como os parques eólicos e solares que estão sendo desenvolvidos na região.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Projetos de novos portos atraem capital para o Espírito Santo

Na lista encabeçada por projetos de extração de minérios, petróleo e gás natural, os empreendimentos portuários se destacam. O Espírito Santo, Estado que deve receber 7% dos investimentos totais do País, prevê a construção de dois novos portos até 2021, segundo o levantamento da AFPartners.

O maior deles é o Porto Central, um complexo industrial portuário de R\$ 3,3 bilhões de investimentos numa área de 20 quilômetros quadrados (km²). Entre os sócios está o importante Porto de Roterdã e o grupo TPK Logística, cujo maior acionista é a produtora de concreto Polimix.

Segundo o presidente do Porto Central, José Maria Novaes, o projeto está aguardando a licença de instalação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) para iniciar a construção.

Numa primeira fase, a expectativa é abrigar pelo menos quatro terminais diferentes: de petróleo e derivados, gás natural liquefeito (GNL), grãos e carga geral. A obra deve durar três anos e prevê o aprofundamento para 25 metros de uma área que hoje é praia.

“Esse será um porto de classe mundial que poderá receber grandes navios”, afirma o secretário de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, José Eduardo Azevedo. Segundo ele, a expectativa é iniciar as obras no ano que vem e gerar 4,7 mil empregos no Estado. / R.P.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Fim do Repetro pode afastar investidores**

Responsável por atrair investidores estrangeiros nos últimos leilões de campos de petróleo, o Repetro, regime tributário diferenciado para exploração de óleo e gás, depende de aprovação da Medida Provisória 795/2017, que expira em 15 de dezembro. Com um relatório circulando na Câmara dos Deputados, que aponta uma renúncia fiscal de R\$ 1 trilhão por conta do Repetro, especialistas e consultores do setor temem pelo resultado da votação, que pode ocorrer na próxima semana.

Circulando pelo Congresso Nacional para verificar qual a disposição dos deputados sobre o tema, o secretário executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, explicou que o regime fiscal do Repetro foi estabelecido pela Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, porém, terminaria em 2020. “Ampliado até 2040 pela MP 795, o Repetro parte do princípio de que o investimento não pode ser onerado com tributos, apenas renda gerada pelo petróleo pode ter incidência de impostos. No mundo inteiro é assim”, disse.

Algumas das medidas do Repetro, explicou Guimarães, dão mais tranquilidade aos investidores. “A Receita Federal reconheceu que, no passado, algumas multas foram indevidas e anistiou essas dívidas. Essas coisas dão mais segurança jurídica”, afirmou.

A nota técnica da 795, assinada pelo consultor legislativo Paulo César Lima, no entanto, aponta que o Repetro poderá ter um impacto na arrecadação de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Presumido (CSLL) de R\$ 1 trilhão em 35 anos.

Depreciação

“O relatório é muito fraco e parte de previsões erradas, sobretudo relativas à depreciação acelerada. Cria uma percepção ruim. Pela análise do IBP, se fosse possível utilizar o cálculo de depreciação do relatório, em vez de o país produzir 2,8 milhões de barris por dia, estaríamos produzindo 10 milhões”, alertou. Guimarães disse, ainda, que o governo ganhou credibilidade com os investidores internacionais nos últimos leilões, e não pode perdê-la agora, sendo que há mais dois leilões já marcados para 2019.

Cálculos do IBP apontam que, sem o Repetro, o setor petrolífero deixaria de produzir 19,4 bilhões de barris, com recuo na arrecadação de US\$ 363 bilhões e

fechamento de 250 mil empregos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paloma Oliveto

Título: 2018: ano crucial para o clima

Está na pele, na crise hídrica, na paisagem desoladora das calotas derretidas, nas estatísticas de doenças respiratórias e de mortes por ondas de calor. A urgência para o cumprimento da agenda das mudanças climáticas é também ressaltada por estudos que evidenciam as consequências visíveis e futuras da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Se a 23ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 23), realizada em Bonn, na Alemanha, trouxe poucas novidades, 2018 é considerado um ano-chave para fazer o Acordo de Paris — em vigor desde 2016 — avançar.

De acordo com Carlos Rittl, secretário executivo da coalizão da sociedade civil Observatório do Clima, não se esperava que saíssem da COP 23 grandes anúncios porque, como conferência intermediária, seu papel era o de negociar aspectos técnicos e jurídicos do chamado livro de regras do acordo. Nas mesas, foram debatidas questões como a forma pela qual os países devem reportar o progresso na mitigação e no financiamento e os mecanismos de transparência desses relatos.

“O que é preocupante é que, mesmo não sendo obrigatório que os países dessem um passo à frente em relação às suas metas, quando você olha a urgência da agenda do clima e vê os negociadores saírem da mesa sem nenhum anúncio adicional, isso deixa uma interrogação. A janela de tempo está sendo reduzida, e isso coloca em risco a capacidade de se cumprir o Acordo de Paris”, afirma Rittl.

Embora tenha sobrado para a COP 24, que acontecerá na Polônia, a continuidade na definição do livro de regras, a expectativa é de que essa conferência defina os rumos das negociações: ou se avança para uma nova etapa, ou se fica estagnado, perdendo ainda mais tempo, sendo que, em 2020, os signatários do acordo já precisam rever o nível de ambição de suas metas nacionais.

“Em 2018, se saírem as regras do Acordo de Paris, teremos uma curva ascendente das negociações, avançando para o próximo estágio, que é aprimorar o que foi acordado”, explica Márcio Astrini, coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil. “Se não conseguir aprimorar, em vez de ir para o

debate do que precisa ser feito, ainda se ficará discutindo como deve ser feito”, afirma.

E, embora a revisão de metas esteja no calendário de 2020, Astrini lembra que nada impede que sejam apresentados avanços antes disso. Até porque o que os estudos mostram é que, se tudo que foi prometido pelos países no Acordo de Paris for cumprido à risca, ainda assim o cenário climático para o fim do século será catastrófico. Daí a necessidade de se avançar muito nas metas individuais. “Resumindo: se ficar bom, vai ficar ruim”, diz o coordenador do Greenpeace Brasil.

Carta de intenções

Astrini lembra que, por mais celebrado que tenha sido, o Acordo de Paris ainda não passa de uma carta de boas intenções. O que está no documento é letra morta até que a necessária fase de acertos técnicos seja superada. Vai depender do que cada um colocar em prática e de como essas ações serão ajustadas com o tempo para se alcançar o objetivo principal do texto costurado na capital francesa: chegar ao fim do século com um aumento de temperatura até 2°C e, preferencialmente, abaixo de 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais.

No ano que vem, o secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (no âmbito da qual acontecem as COPs) vai avaliar a atualização das contribuições nacionalmente determinadas (iNDCs, sigla em inglês) apresentadas pelas nações em Paris e traçar um cenário de onde o mundo estará em 2030, levando em consideração a implementação dessas metas. “Esse relatório deve ser publicado antes da COP 24 e vai dar essa dimensão da distância entre os objetivos do acordo e para onde estamos indo. Em setembro, sai um outro documento muito importante, o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), mostrando como será o mundo com aumento da temperatura até 1,5°C e acima disso”, diz Carlos Rittl.

Além dessas publicações, em 2018 haverá o processo de diálogo Talanoa, segundo o qual, face às divulgações científicas sobre a necessidade de se cortar as emissões de gases de efeito estufa, os países reconhecem que é preciso aumentar a ambição das metas nacionais. Segundo o secretário executivo do Observatório do Clima, embora não se espere que em 2018 todos os governos façam grandes anúncios, a divulgação dos documentos e a continuidade do Talanoa serão importantes insumos para incentivar a tomada de decisões práticas.

Também em 2018, o papel dos Estados Unidos e da China na discussão das mudanças climáticas deve se delinear melhor. A COP 23 foi a primeira desde o anúncio da administração de Donald Trump de que os EUA ficarão de fora do

Acordo de Paris a partir de 2020 (pelo documento, o signatário só pode sair depois de três anos da implementação).

Se o republicano frustrou a todos com o movimento de retirada, houve uma surpresa positiva na conferência. O movimento We Still In, composto por políticos, prefeitos, governadores, empresários e sociedade civil, fizeram questão de dizer que, independentemente do presidente, eles continuam no acordo. Algumas medidas não podem ser tomadas subnacionalmente, porém. É o caso do financiamento, elemento-chave de Paris.

"Em 2018, se saírem as regras do Acordo de Paris, teremos uma curva ascendente das negociações, avançando para o próximo estágio, que é aprimorar o que foi acordado"

Márcio Astrini, coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Ciência

Autor: Paloma Oliveto

Título: Os desafios brasileiros

Depois do vexame de ser "laureado" com o prêmio Fóssil do Ano, um deboche dos ambientalistas aos países que se destacaram negativamente do ponto de vista ambiental, nas negociações ou na política interna, o Brasil tem muito o que arrumar em casa para chegar à Polônia recomposto. O país pisou em Bonn com redução de 16% na queda da taxa de desmatamento entre 2016 e 2017, mas o índice não foi suficiente para superar os dois aumentos consecutivos registrados anteriormente, que fizeram com que as emissões de gases de CO2 equivalente aumentassem 8,9% no ano passado, em relação ao anterior.

Além disso, a imagem do Brasil ficou manchada por ações internas, como o corte no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, a anistia a invasores de terras públicas (a Lei da Grilagem) e o parecer federal que só reconhece como terras indígenas aquelas ocupadas na promulgação da Constituição de 1988.

Mas um dos pontos que mais contribuíram para sinalizar um retrocesso ambiental do país foi a aposta da economia nos combustíveis fósseis. Enquanto na COP 23 uma aliança entre 20 países, além de estados e prefeituras norte-americanos, se comprometeu a iniciar a descarbonização energética, o Plano Decenal de Energia 2026 (PDC) brasileiro projeta que 70,5% dos investimentos na área nos próximos 10 anos se destinem ao petróleo, especialmente na exploração das reservas do pré-sal.

“O próprio PDE é um plano setorial de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Então, isso é uma incoerência drástica”, observa Viviane Romeiro, gerente de clima do WRI Brasil. “Isso está completamente na contramão dos próprios interesses do país. O Brasil tem muita solução de tecnologias limpas, como biomassa e biocombustível, mas prefere apostar na energia do passado”, ressalta Carlos Rittl, do Observatório do Clima.

A Medida Provisória 795, que tem de ser votada antes de 15 de dezembro, também está sendo considerada um retrocesso. O texto do Planalto prevê um regime tributário para as petroleiras, com uma renúncia fiscal de até R\$ 1 trilhão em 25 anos, conforme análise feita pela Consultoria Legislativa em Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos. De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, a MP causou constrangimento para o chefe da delegação brasileira, o ministro do meio ambiente, Sarney Filho. No dia anterior à divulgação do documento da Câmara dos Deputados indicando as perdas de receita em favor da petroleiras, o ministro havia apresentado a candidatura do Brasil para sede da COP 25. Em conversa com ambientalistas, ele classificou de “absurdo completo” e “inaceitável” a renúncia fiscal.

“O papel do Brasil internacionalmente é de liderança. Os negociadores brasileiros são muito competentes e reconhecidos por isso. Mas, no nível nacional, a política ambiental está retrocedendo. É preciso um alinhamento desse papel, trazendo esse corpo de ideias e ambições dos negociadores para dentro da nossa política doméstica”, argumenta Viviane Romeiro. A gerente de clima do WRI Brasil diz que é preciso rever com urgência o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, redigido em 2009. “Vários instrumentos da política que o incorporou nunca foram revistos, e outros nem foram criados”, diz.

Redd+

Um dos deveres de casa que o Brasil deveria fazer antes da COP 24, segundo Mariano Cenamo, cofundador e pesquisador sênior do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), é apostar no mecanismo do Redd, segundo o qual os países desenvolvidos pagam pelas reduções no desmatamento obtidas pelas nações em desenvolvimento. Isso poderia aumentar a captação de recursos, ao mesmo tempo em que seria um incentivo para diminuir a taxa de desflorestamento. “Hoje, a posição do Brasil é muito categórica: captar recursos dentro do arcabouço do Fundo Amazônia. O fundo é importante, mas tem limitações. Não se pode fazer todas as apostas em um mecanismo só”, argumenta Cenamo. O Fundo Amazônia funciona por meio de doações.

Para o pesquisador do Idesam, o Brasil deveria flexibilizar o Redd, incentivando parcerias com governos e mesmo empresas privadas, o que fortaleceria o

mecanismo, além de trazer mais dinheiro. Ele cita como exemplo a parceria entre o estado da Califórnia e o Acre, no âmbito do programa de redução de emissões por desmatamento. Cenamo argumenta que uma das hipóteses para a resistência brasileira ao Redd (que, porém, tem apoio do ministro Sarney Filho) estaria no fato de que, ao ser compensado pela preservação florestal, o país não poderia contabilizar a queda do desmatamento na redução de emissões nacionais. “Como não quer reduzir emissões no setor de energia, vai precisar reduzir em outro lugar. A Amazônia terá de pagar a conta”, critica. (PO)

8,9%

Percentual do aumento de emissões de gases de CO2 registradas no ano passado em relação a 2015 no Brasil

MME / ASCOM .